UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Romar Batista Dos Santos

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL

Santa Maria, RS, Brasil
2018

Romar Batista dos Santos

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial a obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientadora: Prof.ª Drª Sibele Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS
2018

Romar Batista dos Santos

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial a obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

Aprovado em 14 de dezembro de 2018:

_____
Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

_____
Ednalva Felix das Neves, Dra. (UFSM)

_____
Rita Inês Paetzhold Pauli, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

RESUMO

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL

AUTOR: Romar Batista dos Santos
ORIENTADORA: Dra. Sibele Vasconcelos de Oliveira

A economia brasileira galgou três décadas de crescimento econômico desde a II Guerra Mundial. Na contramão do processo de crescimento, observa-se a queda do nível de bem-estar da população. Dados recentes, em 2017, demostram que mesmo ocupando o 9° lugar no ranking dos maiores Produto Interno Bruto mundiais, o Brasil é um país de pobres, ocupando o 10° lugar entre os países mais desigual do mundo e o 4° da América Latina (IPRI, 2017). Esta discrepância é atribuída pelo crescimento econômico brasileiro estar ocorrendo de forma concentrada, ou seja, sem a distribuição de renda à população mais carente. É este contexto que permeia a problemática desse estudo: Qual é a dinâmica apresentada pela distribuição de renda no Brasil após a estabilização macroeconômica de meados de 1990? O objetivo central é analisar o comportamento da distribuição de renda no Brasil no período posterior à implementação do Plano Real. A metodologia adotada é do tipo analítico e descritivo, com abordagem qualitativa. Para este estudo, optou-se pela análise de dados com recorte amostral para as cinco regiões do Brasil. A análise dos dados deu-se através da manipulação de instrumentos de estatística descritiva. Como principais resultados, é possível perceber certa concentração de renda em alguns grupos da sociedade, como entre pessoas do sexo masculino, pessoas de cor branca e pessoas do meio urbano. Entretanto, a distribuição de renda aparenta estar melhorando em prol das minorias e das regiões historicamente menos favorecidas. Dessa maneira, verifica-se que a renda per capita além de explicar as variações na desigualdade de renda, está intensificando ainda mais o abismo entre ricos e pobres.

Palavras chaves: Distribuição de renda. Índice de Gini. Desigualdade Social. Concentração de renda.

ABSTRACT

DISTRIBUTION OF INCOME IN CONTEMPORARY BRAZIL: PORTRAITS OF SOCIAL INEQUALITY

AUTHOR: Romar Batista dos Santos
ADVISOR: Dra. Sibele Vasconcelos de Oliveira

The Brazilian economy has gained three decades of economic growth since World War II. Contrary to the growth process, we can observe a drop in the level of well-being of the population. Recent data, in 2017, show that, even though it ranks 9th in the ranking of the world's largest Gross Domestic Product, Brazil is a poor country, ranking 10th among the most unequal countries in the world and the 4th in Latin America (IPRI, 2017). This discrepancy is attributed to the fact that Brazilian economic growth is occurring in a concentrated way, that is, without the distribution of income to the most deprived population. It is this context that permeates the problematic of this study: What is the dynamics presented by the distribution of income in Brazil after the macroeconomic stabilization of the mid 1990s? The central objective is to analyze the behavior of the distribution of income in Brazil in the period after the implementation of the Real Plan. The methodology adopted is of the analytical and descriptive type, with a qualitative approach. For this study, we opted for data analysis with sample size for the five regions of Brazil. Data analysis was done through the manipulation of descriptive statistics instruments. As main results, it is possible to perceive a certain concentration of income in some groups of the society, as between male people, white people and urban people. However, income distribution appears to be improving in favor of historically disadvantaged minorities and regions. In this way, it is verified that per capita income, besides explaining variations in income inequality, is further intensifying the gap between rich and poor.

Keywords: Income distribution. Gini index. Social inequality. Income concentration.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Variáveis selecionadas para análise das desigualdades sociais no Brasil 14

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Coeficientes de Gini e Theil para as regiões do Brasil (1995 – 2014) 36
Tabela 2 - Número de beneficiários e valor destinado ao Programa Bolsa Família no Brasil (PBF) 40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de Lorenz Brasileira 23
Figura 2 - Variação por Décimos de Renda Per Capita na Década - Brasil 24
Figura 3 - Renda domiciliar per capita (R$) média dos pobres brasileiros 34
Figura 4 - Renda domiciliar brasileira- participação do 1% mais rico 35
Figura 5 - Rendimento Mensal Domiciliar per Capita Médio por Grupos Sociais no Brasil (1995 – 2015) 37
Figura 6 - Razão da renda entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres no Brasil..... 39
Figura 7 - Número famílias no Cadastro Único por região do Brasil (2010 – 2016)..... 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
IPCA-Especial - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS – Ministério do Desenvolvimento Socioeconômico
ONU – Organização das Nações Unidas
PAI – Programa de Ação Imediata
PBF- Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas
PT – Partido dos Trabalhadores
RDPC – Rendimento Domiciliar Per Capita
URV- Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA 11
1.1.1 Objetivo Geral 11
1.1.2 Objetivos Específicos 11
1.2 JUSTIFICATIVA 11
2 METODOLOGIA 14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 16
3.1 INSIGHTS SOBRE A ABORDAGEM CLÁSSICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS 16
3.2 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE AS DESIGUALDADES DE RENDA E ESFORÇOS EM MENSURAÇÃO 21
4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES 29
4.2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 43
REFERÊNCIAS 45

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira galgou três décadas de crescimento econômico desde a II Guerra Mundial, contudo o padrão de crescimento foi interrompido no início da década de 1980. O primeiro e segundo choque dos preços do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais contribuíram para a alteração da dinâmica econômica do período (CARVALHO, 1986).

Haddad (1974) ressalta que, de 1911 a 1947, o produto industrial no Brasil cresceu a uma taxa anual média de 6,5%, enquanto a população cresceu a 2,1% ao ano. Da II Guerra Mundial até 1979, o Produto interno bruto (PIB) cresceu a uma taxa anual de 7,1%. Já durante o "milagre econômico", período de 1968 a 1973, as taxas de crescimento foram de aproximadamente 10% (HADDAD, 1974).

Na contramão do processo de crescimento da economia, observa-se a queda do nível de bem-estar da população. Em especial, durante o período dos governos militares, as desigualdades e injustiças sociais agravaram-se. Percebe-se, sobretudo, que o número de pobres cresceu substancialmente, sendo que população de baixa renda não tinha acesso ao "pedaço do bolo[1]" (SILVA, 2017).

Desde então, segundo Arcoverde (2000), a questão social brasileira assumiu variadas formas, tendo como características orgânicas a desigualdade e a injustiça social ligadas à organização do trabalho e à cidadania. Assim, são resultantes da estrutura social produzida pelo modo de produção e pelos modelos de desenvolvimento que o País experimentou: escravista, industrial (desenvolvimentista), fordista – taylorista e o de reorganização produtiva.

Tendo em vista esse processo histórico, Hoffmann (2001) entende que as expressões de desigualdade e as injustiças sociais são frutos das relações de produção e reprodução social por meio de uma concentração de poder e de riqueza de algumas classes e setores dominantes, que geram a pobreza das classes subalternas. Destarte, vale ressaltar que o processo de concentração de renda e desigualdade social aumentou de forma expressiva a partir de 1960 (HOFFMANN, 2001).

Sobretudo, contribuíram para a perpetuação do estado de desigualdade social e instabilidade econômica instaurada a partir de 1980 a inflação, a perda de poder de compra da população e a insegurança econômica, todos fatores que intensificaram a perda de qualidade de

[1] A terminologia "teoria do bolo" faz referência à teoria na qual o bolo (economia) deveria crescer primeiro para que depois todos pudessem usufruir. Em suma, essa teoria prega a concentração inicial de renda para gerar capacidade de poupança e, posterior, aumento no investimento e consequentemente maior crescimento econômico.

vida do brasileiro. Os governos da época, para tentar solucionar os problemas macroeconômicos, instauraram pacotes de políticas econômicas. Cita-se o lançamento do Plano Cruzado (1986); Plano Cruzado II (1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor I (1990); Plano Collor II (1991); e mais recentemente, o Plano Real (1994). (GIAMBIAGI, 2011).

De todas as alternativas testadas, apenas o Plano Real foi bem-sucedido no tocante ao combate da inflação, produzindo efeitos de melhoria de alguns indicadores sociais (NERI, 1996; ROCHA, 2003; BARROS et al., 2000). Emergem, a partir deste período, os programas de transferência de renda. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que, a partir de 1995 e, especialmente a partir de 2001, houve um processo mais estável de redução da desigualdade social no Brasil.

De fato, Gasparini (2003) salienta que o Brasil tem sido conhecido como um dos países que tem a maior desigualdade de renda do continente latino americano e do mundo. Após sua íngreme ascensão nos anos 1960, a desigualdade brasileira tem sido persistentemente alta, mas foi estável entre 1970 e 2000 (LANGONI, 1973; HOFFMAN, 1989; BONELLI et al., 1988; BARROS e MENDONÇA, 1992; RAMOS, 1993; BARROS et al., 2000). Entretanto em anos mais recentes, mais em especial a partir de 2001, pode-se observar um declínio da desigualdade brasileira, trazendo os mesmos para os níveis mais baixos dos últimos 30 anos (NERI, 2006).

Diante dos desafios no que toca à superação das vulnerabilidades socioeconômicas, o presente estudo propõe a reflexão sobre a recente inflexão da desigualdade brasileira, que determina o fato do País ainda ocupar lugar de destaque nos rankings das estatísticas internacionais. A importância desse estudo deve-se ao fato do Brasil ainda ser considerado um dos países mais concentradores de renda do mundo, mesmo após a realização do equilíbrio macroeconômico com o Plano Real. Assim sendo, o problema de pesquisa caracteriza-se como: Qual é a dinâmica apresentada pela distribuição de renda no Brasil após a estabilização macroeconômica de meados de 1990? Que fatores contribuem para o comportamento observado dos indicadores de desigualdade social?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo analisar o comportamento da distribuição de renda no Brasil no período posterior à implementação do Plano Real.

1.1.2 Objetivos Específicos

I. Debater sobre os condicionantes do processo de constituição das desigualdades sociais à luz das abordagens em Ciências Econômicas;
II. Analisar os fatores históricos e socioeconômicos influentes sobre as desigualdades presentes nas diferentes regiões do Brasil;
III. Avaliar os indicadores socioeconômicos que fazem referência aos fenômenos das desigualdades sociais e do padrão de distribuição de renda no Brasil no período de 1995 a 2018.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil, juntamente com grandes potências mundiais, ganha destaque quando o assunto é Produto Interno Bruto. O país figura entre as 10 maiores economias do mundo, mas possui colocação muito inferior quando se trata do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (CIA WORLD FACTBOOK, 2018).

Segundo informações do Programa das Nações Unidas (PNUD, 2017), as desigualdades sociais e de gênero se acentuaram no Brasil. Ao se analisar indicadores de educação, renda e saúde, estatísticas de 2015 apontam que o país ocupa a 79° lugar entre as 188 nações do ranking, mas despencou 19 posições na classificação correspondente à distância entre ricos e pobres (PIRES, 2017). Mesmo que a renda per capita do Brasil não seja expressamente baixa, há uma intensa concentração da mesma, fazendo com que a maior parte da população seja mais pobre (BARROS, MENDONÇA; HENRIQUES, 2001).

A desigualdade de renda vem sendo, desde o período colonial, um dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil e afeta parte expressiva da população, que acaba por não possuir recursos para levar uma vida digna e saudável. Levando-se em conta os dados da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% dos brasileiros ganhavam menos de 1 salário mínimo e 80% ganhavam até 2 salários mínimos em 2015. Com isso, pode-se concluir previamente que se trata de um imenso contingente populacional com renda relativamente baixa, o que aumenta a percepção de que somos uma população majoritariamente de "pobres" (OXFAM, 2017).

Dado o permanente ímpeto dos cientistas em compreender o estado de coisas, este estudo propõe uma importante contribuição para o entendimento das desigualdades sociais no Brasil. Essa compreensão é de grande valia, especialmente diante das adversidades que o país passa, por conta de crises econômicas e instabilidades políticas. Este é o caso do Brasil contemporâneo, em que a taxa de crescimento do PIB regrediu por dois anos consecutivos (2015 e 2016), ambas em -3,5%, vindo a crescer 1% em 2017 com potenciais impactos sobre a renda da população (IBGE, 2018).

Além da queda na renda média, a desigualdade de renda vem sendo um dos maiores problemas enfrentados pela população do Brasil. Estima-se que os 5% de brasileiros mais ricos possuem 28% da renda bruta total do país e 28% dos bens e direitos. De acordo com Manoel Ribas, Secretário de Política Econômica, esta é uma porcentagem elevada e que indica alta concentração de renda (PIRES; FILHO, 2016).

Considerando a relevância do tema da desigualdade, a academia tem dispendido esforços em compreender as fontes das disparidades sociais e representá-las. Para isso, um dos índices mais populares utilizados para medir a desigualdade de renda entre os países é o Índice de Gini. Este índice possui escala que vai do valor 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade perfeita). No caso do Brasil, segundo informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), o Índice de Gini variou de 0,623 em 1976 a 0,518 em 2014. Argumenta-se que a variação observada no referido índice é relativamente pequena ao considerar o período de tempo de análise, a saber, 38 anos. Salienta-se ainda que a queda no referido indicador não foi contínua, pois durante o período analisado, o Brasil ainda apresentou valores mais altos que em 1976 (VIEIRA, 2017).

No âmbito acadêmico, a justificativa para tal estudo se dá tanto pela forma, como pelo conteúdo que vai ser trabalhado. A pesquisa está primeiramente fundamentada na literatura específica disponível, dando ênfase aos clássicos, ou seja, aos autores que ao abordarem o tema pioneiramente possibilitaram os estudos mais aprofundados a posteriori. Em um segundo momento, realiza-se a análise contemporânea da situação do país, com vistas a identificar os condicionantes principais da desigualdade de renda e outras possíveis relações entre as variáveis quantitativas e qualitativas selecionadas para o estudo.

Espera-se que o presente estudo também proporcione a reflexão sobre estratégias e políticas públicas que promovam melhorias nos indicadores sociais. Com uma melhor explicação da realidade da população e dos níveis desigualdades existentes, tem-se as informações essenciais para qualquer agente econômico, seja ele público ou privado, trabalhar para realizar o bem-estar social.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente estudo é do tipo analítico e descritivo, com abordagem qualitativa. A pesquisa analítico-descritiva, como define Severino (2017), avalia e descreve as características das questões pertinentes para solucionar um determinado problema. Quanto ao aspecto analítico, a proposta é que após o fenômeno ser descrito e avaliado, deve-se procurar e estabelecer relações causais entre os elementos que o constituem.

Ainda, a metodologia na qual a distribuição de renda é descrita e analisada apresenta uma abordagem qualitativa, em que se empenhará em descobrir os aspectos e condicionantes da desigualdade social brasileira. Sendo assim, é desenvolvida uma revisão teórica sobre o tema das desigualdades sociais e a dinâmica da distribuição de renda no Brasil por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é vantajosa por abordar uma ampla cobertura de interpretações, abrindo diversas possibilidades de modalidades de pesquisa. Neste sentido, tem-se a intenção de avaliar os diferentes perfis de distribuição de renda no Brasil no período contemporâneo da economia brasileira pós-implementação do Plano Real.

Além da busca na literatura disponível sobre o tema, realiza-se a coleta de informações em diferentes bases de dados, bem como em estudos e pesquisas de fontes oficiais. Cita-se o acesso a informações provenientes do IPEA, IBGE, entre outros. Algumas das principais variáveis analisadas no estudo estão descritas no quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis selecionadas para análise das desigualdades sociais no Brasil

Variáveis analisadas	Periodicidade	Fonte	Região analisada
Índice de Gini	1976 - 2015	IPEA	Norte, Nordeste Sul, Sudeste, Centro-Oeste
Índice de Theil	1976 - 2015	IPEA	Norte, Nordeste Sul, Sudeste, Centro-Oeste
Renda - razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	1976 - 2014	IPEA	Norte, Nordeste Sul, Sudeste, Centro-Oeste
Renda domiciliar per capita média dos pobres	1976 - 2014	IPEA	Norte, Nordeste Sul, Sudeste, Centro-Oeste
Renda domiciliar per capita média dos 1% mais ricos	1976 - 2014	DATA SEBRAE	Norte, Nordeste Sul, Sudeste, Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria (2018).

Para este estudo, optou-se pela análise de dados com recorte amostral para as cinco regiões do Brasil. A periodicidade dos dados analisados encobre o período anterior e posterior à implementação do Plano Real, em razão da disponibilidade de informações estatísticas.

A análise dos dados deu-se através da manipulação de instrumentos de estatística descritiva. Em síntese, operou-se com medidas de tendência central e dispersão (médias, variações, entre outros indicadores de comportamento das variáveis).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objetivo discutir sobre dois temas centrais: i) a evolução dos conceitos de distribuição de renda, contemplando a visão de autores clássicos e seminais das Ciências Econômicas até visões mais contemporâneas e multidimensionais; e ii) os esforços em mensuração do fenômeno da desigualdade de renda, além da análise de evidências empíricas.

3.1 INSIGHTS SOBRE A ABORDAGEM CLÁSSICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Há muitas décadas a literatura econômica dedica-se a analisar as relações que são estabelecidas entre o processo de crescimento econômico e o comportamento de indicadores de desigualdade social. No passado, quando tratadas por economistas clássicos, as discussões estavam circunscritas ao problema central da repartição da renda/produto total da economia dentre as diferentes classes sociais.

Com Adam Smith (1776), surge a teoria do valor, que permite ao referido autor explorar todo o sistema de trocas que caracteriza a vida econômica e, por conseguinte, debater sobre a teoria da distribuição de rendimento de uma sociedade capitalista. Segundo Smith (1776), uma sociedade capitalista é composta de distintas classes sociais e que tem perfis diferentes de participação nas atividades produtivas. Na obra "A Riqueza das Nações", o autor argumenta que o produto global criado pelo trabalho é dividido em salários, rendas e lucros, em que os salários asseguram a manutenção e reprodução dos trabalhadores produtivos. O restante (produto líquido ou excedente) é atribuído à renda dos proprietários e ao lucro dos capitalistas.

Alvarez (1996) esclarece que, para Adam Smith, o mercado livre determinava uma ordem econômica natural auto reguladora, afirmando a existência de taxas naturais para as quais tendiam as remunerações dos grupos participantes da produção. Partindo dessa ideia, presume-se que os salários tenderiam a se fixar em torno do nível de subsistência, que seria o suficiente para assegurar e reproduzir a força de trabalho. No que diz respeito ao produto líquido ou excedente, este seria liderado pela competição entre os capitalistas em busca de emprego para sua disponibilidade de recursos.

Thomas Robert Malthus também investigou o comportamento das remunerações dos agentes econômicos em economias de mercado. Para Malthus (1978), qualquer aumento no salário ocasionaria inevitavelmente um aumento na taxa de reprodução da classe trabalhadora,

ocasionando um excesso de oferta de mão-de-obra e uma redução consequente no salário real, comprometendo com isso a satisfação das necessidades básicas, inclusive sua reprodução. Do contrário, se reestabeleceria o nível original no caso de queda no salário.

As conclusões expostas por Malthus (1978) derivam diretamente de seu trabalho "Ensaio sobre o princípio da população", que influenciou vários pesquisadores posteriormente. A principal ideia desenvolvida neste ensaio foi sobre a incapacidade dos seres humanos de ofertar produtos de subsistência (que segundo ele cresceria aritmeticamente) para certa demanda (que cresceria geometricamente). O autor também conclui sobre as causas da expansão da miséria e da desigualdade humana, que são decorrentes de causas naturais e não aos sistemas sociais e econômicos vigentes.

Ao considerar a escola clássica como precursora das discussões sobre distribuição de renda e desigualdades sociais, pode-se citar as contribuições de David Ricardo, como um dos mais influentes economistas clássicos, ao lado de Thomas Malthus, Adam Smith e James Mill. Na obra "Princípios de Economia Política e Tributação", David Ricardo (1996) argumenta que a problemática da distribuição da renda é um dos principais temas de investigação do campo de estudos da Economia Política. Para o autor, o produto da terra era dividido entre o proprietário da terra, capitalistas e pelos trabalhadores. As proporções do produto total da terra eram destinadas para cada uma dessas três classes, com o nome de renda, lucro e salário. Ricardo deixa claro que a distribuição do produto entre as três classes era diferente e que o problema central era determinar as leis que regulam essa distribuição (RICARDO, 1996).

Em sua obra, David Ricardo institui a abordagem das dinâmicas da renda, do lucro e do salário, refletindo sobre diferentes pontos da economia política à luz das ideias e contribuições de nomes, como Adam Smith, Jean- Baptiste Say, Thomas Malthus entre outros nomes da época.

> Ao se considerar Ricardo, como já é costumeiro, como a mais típica e bem-sucedida expressão do pensamento clássico, deve-se lembrar seu entendimento de que o objeto da economia era a distribuição. Esta seguia determinadas leis tidas como objetivas e universais, independentes da vontade humana; assim, a margem para os governos a alterarem era extremamente pequena. A economia crescia com uma tendência de levar ao pleno emprego seus recursos, enquanto a distribuição de renda entre as classes sociais ocorria segundo certas leis (a escassez de terras férteis determinava a renda diferencial da terra, os salários eram de subsistência e o lucro o que sobrava como resíduo) (FONSECA, 2004, p. 3).

Ainda, Fonseca (2004) salienta que a distribuição de renda, a concepção de salários de subsistência associada à tese de que o crescimento populacional era função do próprio nível de salários levou a chamada "Lei férrea dos salários". Em resumo, esta lei esclarece que são inúteis

as tentativas de aumentar o ganho real dos trabalhadores, porque a parcela de renda nacional destinada aos trabalhadores era mais ou menos fixa, ou seja, quando os salários crescem a população também crescia, o que causaria um nível de salário per capita menor. Se este caísse abaixo de um nível mínimo de subsistência, ocorreria o efeito ao contrário (e os salários voltariam ao seu nível natural). Conforme relatado por Fonseca:

> Embora se possa argumentar que desde alguns fisiocratas o nível salarial de subsistência fosse entendido não apenas como físico, mas com um componente histórico-social – o que abria espaço teórico para sua elevação –, a "lei férrea" acabava se impondo no longo prazo, daí resultando a inutilidade de políticas de redistribuição de renda. Deduz-se dessas concepções que a participação dos trabalhadores na renda nacional só ocorreria à medida que o próprio bolo crescesse, ou seja, a distribuição era função do próprio desenvolvimento (ou seja, da acumulação de capital, que permitiria a sociedade produzir cada vez mais e com maior produtividade). Assim, estes clássicos, tendo em mente a teoria do valor trabalho, contribuíram para firmar a ideia de que sem produtividade dificilmente haveria distribuição, embora a vinculando à polêmica tese da distribuição como de concorrência do próprio desenvolvimento econômico (FONSECA, 2004, p. 4).

Segundo Alvarez (1996), Ricardo consolidou a taxa de lucro como a reguladora da taxa de crescimento econômico, organizando sua análise a partir do setor agrícola. A explicação da queda da taxa de lucro estava relacionada com: os salários, que flutuam em torno da subsistência; e a questão dos rendimentos decrescentes e qualidade das terras.

A explicação de Ricardo partia do princípio que a terra do tipo A, de melhor qualidade, são utilizadas primeiro e nesses locais surgem as cidades, e não existe renda da terra. Devido a maior produtividade dessa área e a proximidade com o mercado há um incentivo natural para aplicação intensiva de capital, aumentando o lucro do produtor. As terras do tipo B de fertilidade decrescente em direção das terras do tipo C, D tornam viáveis com o aumento da população, mas dependiam de uma quantidade maior de insumos para poder produzir. Portanto, o trabalho necessário se elevaria para a produção da mesma quantidade de produto adicional, caindo os lucros no setor agrícola e a taxa de lucro geral. A distribuição do produto social era de uma proporção crescente destinada à renda da terra, lucros decrescentes e salários ao nível de subsistência, conforme a dinâmica da população.

Ademais, ressalta-se que Karl Marx, juntamente com outros críticos do liberalismo clássico, vieram a defender que a distribuição de renda não era consequência "natural" do crescimento da economia e que poderia ser modificada por decisões humanas. Marx formulou duas visões. A primeira delas descrita em "Salário, preço e Lucro" de 1865, trazia que era possível uma elevação nos salários e melhor distribuição de renda através de canais, leis e instituições como sindicatos, contrariando a existência da "lei férrea" natural. Mais tarde, em

"O Capital", Marx traz surpreendentemente a "lei férrea" para justificar sua práxis revolucionária. A teoria da mais valia ganha destaque, uma vez que interpreta o capital como uma relação social de exploração, de modo que não só a sociedade supunha a própria desigualdade, como esta era necessária para sua reprodução. Com isso, dentro da sociedade capitalista, a concentração de renda volta a ser incompatível com o desenvolvimento.

Já John Stuart Mill contrapôs Malthus (que condenava os trabalhadores a uma pobreza inevitável). Para Mill (1983), a possibilidade de modificação de hábitos e comportamentos possibilitava a fuga ao exato determinismo da "bomba populacional", uma vez que havia elevação dos níveis de educação e da manifestação do "bom senso humano", abrindo uma brecha para se enxergar na parcela dos salários maiores possibilidades de interferir e ampliar a produção social.

Mill defendeu a possibilidade de uma melhor distribuição de renda dentro de uma lógica e economia de mercado, ou seja, sem extinção da propriedade privada. No seu entendimento, não se poderia confundir as "leis de esfera de produção", que eram naturais e necessárias com as "leis da esfera da distribuição", sendo que esta última depende de escolhas da sociedade e por isso são passíveis de alteração. O autor também discordava de Marx, defendendo que não se poderia entender as desigualdades sociais como decorrência da acumulação do capital, uma vez que a maior produtividade abre espaço para maior excedente e, assim, para maior elevação do padrão de vida. Segundo Mill, uma das saídas para reverter a desigualdade seria através de organização social em partidos, sindicatos e associações. A ação humana não era passiva, mas capaz de alterar a distribuição de renda. Sendo assim, havia espaço para a política (MATTOS, 1998).

Segundo Fonseca (2004), essa nova visão de Mill, além de rejeitar as teses liberais e socialistas que ignoravam a adoção de políticas redistributivas, inovava porque não considerava a distribuição de renda existente nem como natural nem como decorrência de leis sociais imanentes do capitalismo. Com isso, firmou-se a tese de que o crescimento era condição necessária para a distribuição, mas não suficiente, pois não existem leis naturais de distribuição, de modo que esta poderia ser alterada, pelo que se passou a defender a construção de um quadro institucional voltado para esse fim.

Em 1870 aparece a revolução Marginalista, com obras de Jevons, Menger e Walras, que trazem novos argumentos às contribuições anteriores. Com relação à distribuição de renda, quando associada com a relativa abundância/escassez de alguns fatores em detrimento de outros, se afastava da rigidez naturalista da "lei férrea" dos salários, ressaltando a tese que em

cada sociedade haveria uma distribuição de renda decorrente das leis econômicas (FONSECA, 2004).

Quando comparado internacionalmente, os países latino-americanos em geral e, mais particularmente o Brasil, ganham destaque no que tange à elevada desigualdade da distribuição da renda. Para explicar a desigualdade contemporânea vivenciada pela população, vale a análise da formação econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Referente ao assunto, debate-se sobre os influentes da elevada concentração da posse da terra, especialmente quando esses países tinham como núcleo econômico a produção e exportação de produtos primários. No caso brasileiro, Furtado (1967) destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial. Quando o autor passa a analisar as consequências da abolição do trabalho escravo, afirma que "praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda" (FURTADO, 1967, p. 149).

Ainda, no livro "Um projeto para o Brasil" Furtado (1968) discute sobre como a elevada desigualdade de distribuição de renda no país condiciona um perfil da demanda global que impede o crescimento econômico. O autor mostra como os impactos da concentração de renda favorece o subemprego de fatores característico das economias subdesenvolvidas. Além disso, aponta que a concentração da renda causa grande variação das formas de consumo de grupos privilegiados. Este fato beneficia as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, mas as dimensões reduzidas do mercado de cada produto impedem o aproveitamento das economias de escala, fazendo com que estas indústrias operem com custos relativamente altos.

Ainda em 1968, Furtado publicou mais um trabalho analisando as consequências da política econômica do governo militar instaurado pelo golpe de abril de 1964. O autor afirma que "provocou-se maior concentração da renda [...] quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do país está na já excessiva concentração da renda" (FURTADO, 1968, p. 19).

Tendo em vista o exposto, apresentam-se a seguir abordagens contemporâneas sobre o tema da desigualdade de renda e os exercícios acadêmicos em direção à representação e mensuração do fenômeno.

3.2 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE AS DESIGUALDADES DE RENDA E ESFORÇOS EM MENSURAÇÃO

Segundo Moreira et al. (2009), em uma economia, a distribuição de renda, como também é chamado, é o modo no qual irá se processar a repartição das riquezas e dos bens produzidos de um país entre seus habitantes e estados ou regiões delimitadas por este.

Dentro deste contexto da distribuição de renda, um dos principais problemas econômicos mundiais, o qual economistas enfrentam no momento de estudar a distribuição de renda, é como ou de que forma deve-se avaliar a riqueza que é produzida em um país. Uma das formas de fazer isso é pela análise do PIB e da Renda per capita. Em síntese, o PIB irá fornecer a informação de qual o nível de riqueza total de um país, porém o quociente de divisão do valor do PIB pelo número de habitantes fornece uma ideia muito perversa em relação ao padrão de vida da população.

De fato, um país pode ser muito rico e seus habitantes muito pobres. Ainda, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida superior a de um país com renda per capita maior. O que determina essa diferença é como e de que forma é feita essa distribuição, ou seja, o perfil da distribuição de renda determinará essa divergência.

O problema da concentração de renda está ligado diretamente com a pobreza e o desenvolvimento econômico. Dessa forma, é possível identificar várias abordagens e variáveis sendo estudadas com o intuito de captar o estado da desigualdade para diferentes categorias da população. Como exemplos de perspectivas desenvolvidas, estão as análises sobre o Índice Gini, a Curva de Lorenz, o “U-invertido” de Simon Kuznets, além da análise de percentis dos mais ricos e mais pobres.

Para expressiva dos trabalhos científicos sobre o tema da distribuição de renda abordam análise pelo Índice de Gini. Segundo (WOLFFENBUTTEL, 2004), o Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini e é usado para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (0, 1). O valor zero representa a situação de máxima igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 1 está no extremo oposto, isto é, prevalece a situação de desigualdade total. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos da população.

Segundo Ende, et al. (2010), adicionalmente, o Coeficiente de Gini pode ser calculado pela equação de Brow:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{K=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Onde:

G = coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável "população"

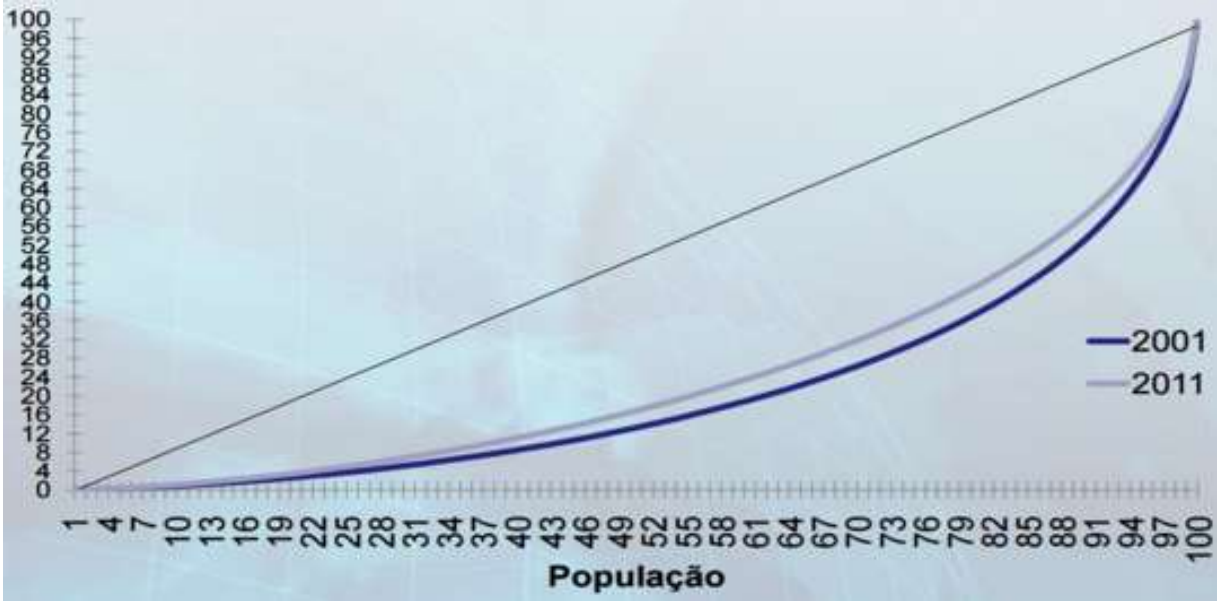
Y = proporção acumulada da variável "renda"

Segundo Hoffmann (1989), o diferencial do coeficiente de Gini é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto. O referido coeficiente também pode ser estratificado em diferentes comparações de distribuições de renda (por setor, local, gênero, raça, entre outros). Por outro lado, uma desvantagem do coeficiente de Gini é que ele mede a desigualdade de renda, mas não a desigualdade de oportunidades.

Quando da avaliação do fenômeno das desigualdades sociais, é prudente utilizar outros indicadores econômicos e de bem-estar, pois esse índice não considera as diferenças circunstanciais de cada objeto analisado. Por exemplo, o país A pode ter um alto grau de desigualdade, mas quando se compara os mais pobres desse país com os mais ricos do país B (que tem um baixo grau de desigualdade), o primeiro grupo pode apresentar renda e qualidade de vida superiores. Outra questão que se deve ter em mente é que economias com rendimentos e coeficientes de Gini similares ainda podem ter uma distribuição de renda muito diferentes. Isto porque as Curvas de Lorenz podem ter distintas formas e ainda produzir o mesmo coeficiente. Por fim, coeficiente de Gini é uma estimativa da igualdade em determinado momento, o que ignora as mudanças que podem ocorrer no ciclo de vida e fatores como a mudança na faixa etária dentro de uma população ou mesmo da mobilidade de classes de renda.

No rol de esforços de representação do fenômeno da distribuição de renda, cita-se a construção da Curva de Lorenz, expressa na figura abaixo. Foi desenvolvida em 1905 pelo economista estadunidense Max O. Lorenz, sendo que o gráfico plota a porcentagem acumulada de pessoas no eixo das abscissas e a porcentagem acumulada de renda no eixo das ordenadas. A interpretação da curva traçada determina que se a renda estivesse distribuída de forma perfeitamente equitativa, a curva coincidiria com a linha de 45 graus que passa pela origem. Desse modo, percebe-se uma melhora na distribuição de renda entre 2001 e 2011 nos dados abaixo, coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Figura 1 - Curva de Lorenz Brasileira (2001 a 2011)



Fonte: IPEA (2011).

Outra forma de mensurar a desigualdade de renda está na determinação dos percentis de renda de uma dada amostra. Diante desta perspectiva, ordena-se a amostra por sua renda com o intuito de fazer comparações, como por exemplo, a representação da quantidade de renda dos mais ricos no resto da população. No projeto "Calculadora de Desigualdade", desenvolvida pela organização não governamental britânica Oxfam e pelo veículo de jornalismo digital Ojo Público, os 206 milhões de brasileiros foram divididos em 10 faixas de renda. Para exemplificar, cita-se que na faixa de renda mais baixa ficam aqueles que ganham entre 0 e R$ 232 por mês per capita e na segunda faixa quem ganha entre R$ 232 e R$ 386.

Conforme relatório divulgado pelas referidas organizações, em torno de 80% da população brasileira (as primeiras 8 faixas) tem renda familiar per capita mais baixa do que R$ 1,7 mil por mês. No penúltimo grupo analisado estão aqueles que ganham entre R$ 1,7 mil e R$ 2,6 mil e, no último grupo analisado, estão os 10% mais ricos, estão todos os brasileiros com renda per capita mensal entre R$ 2,6 mil e R$ 454 mil. (CALEIRO, 2016)

Interessante mencionar que a hipótese do "U-invertido", formulada por Simon Kuznets, também foi testada para o caso brasileiro. Santos et al. (2011) examinam a relação entre crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda no Brasil, com o intuito de verifica a aplicabilidade da hipótese teórica, a qual estabelece uma relação em forma de U-invertido entre desigualdade na distribuição de renda e crescimento econômico.

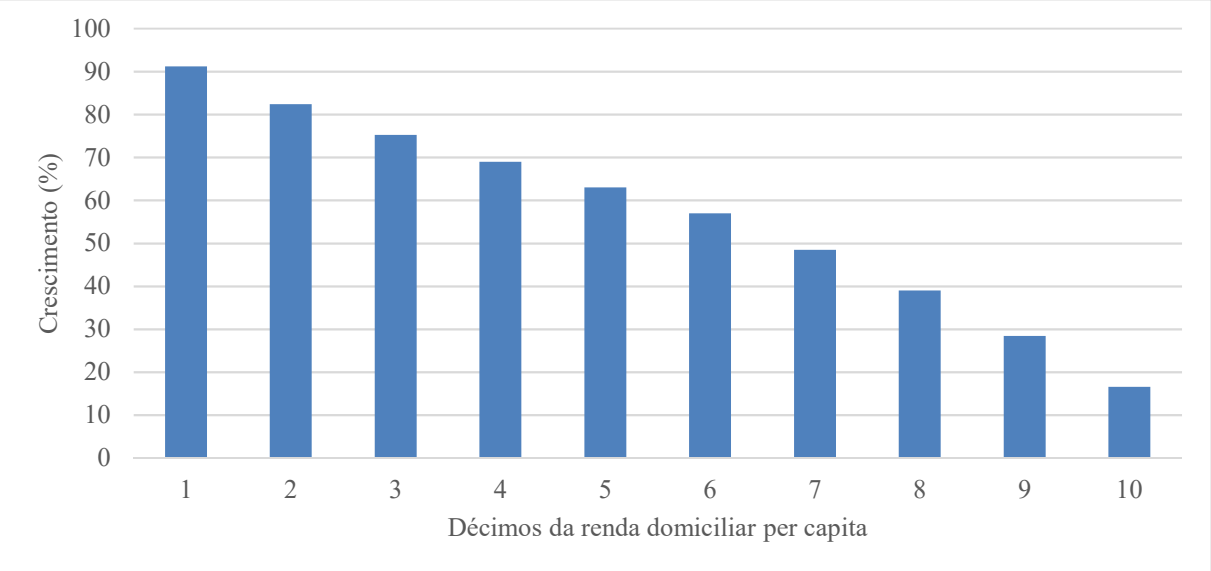
Essa hipótese é formulada através do estudo da relação entre Inglaterra, EUA e Alemanha, em que Kuznets (1992) postulou que a desigualdade de renda aumenta nos estágios

iniciais de crescimento, atingindo um ponto máximo (representado por um determinado nível de renda per capita), a partir do qual decresce à medida que a economia se desenvolve. A causa para essa variação seria a migração da população de um setor primário mais atrasado, para o setor urbano mais moderno, rico e desigual relativamente ao setor primário. Ainda, para o teórico, essas variações promoveriam um aumento inicial da desigualdade até que o produto per capita atingisse certo patamar, a partir do qual a desigualdade se estabilizaria, adquirindo, posteriormente, uma tendência de redução contínua à medida que a renda per capita permanecesse crescendo. (SANTOS, et al, 2011)

No caso brasileiro, para o período 1976-2007 e por meio de testes econométricos de séries temporais e análises cíclicas, foi possível afirmar que o comportamento médio da estrutura distributiva tem elevações na renda da parcela mais rica da população à custa de reduções absolutas na renda dos grupos mais pobres, provocando aumentos sucessivos da desigualdade até um ponto máximo, a partir do qual o movimento se inverte. Assim, observa-se inicialmente ganhos absolutos de renda dos mais pobres à custa do grupo mais rico e depois com ganhos absolutos de ambos os grupos, porém, proporcionalmente maiores para os grupos de renda mais baixa. Portanto, tem-se a comprovação da hipótese proposta pelo estudo original de Kuznets para a realidade brasileira (SANTOS et al., 2011).

Os dados apresentados pela Figura 2 são verificações do estágio teórico proposto por Kuznets, mostrando que a renda dos mais pobres cresceu mais que a renda dos mais ricos, ao menos no período analisado entre 2001 e 2011.

Figura 2 - Variação por Décimos de Renda Per Capita na Década (2001 a 2011) – Brasil



Fonte: IPEA (2011).

No esforço de analisar, para o caso brasileiro, a relação entre distribuição de capital humano e crescimento, Bagolin e Silva (2001) determinaram como objetivo do seu estudo estimar uma medida de desigualdade do capital humano baseada na metodologia do cálculo do índice de Gini. Os autores inspiram-se na proposta metodológica de Thomas et al e Checchi (2000 apud Bagolin e Silva, 2001) em que, a partir dos dados da PNAD para o período 1986 a 2001, buscam-se analisar os efeitos da desigualdade de capital humano sobre as taxas de crescimento dos estados no Brasil.

Como principais resultados, Bagolin e Silva (2001) consideram que o Brasil apresenta a mesma tendência internacional de queda da desigualdade regional e de melhora no acesso à escola. No entanto, ainda apresenta uma clara diferença regional com os piores indicadores de escolaridade e desigualdade concentrados nos estados de Alagoas, Roraima, Piauí e Paraíba.

Hoffmann (2006) também explora a pesquisa da PNAD para analisar a desigualdade brasileira para o período de 1995 a 2005. Desta análise, o autor descreve que a desigualdade do rendimento das pessoas economicamente ativas mostra tendência de diminuição ao longo de todo o período, mas a desigualdade do rendimento domiciliar per capita (RDPC) decresce mais acentuadamente apenas a partir de 2001.

Com relação ao coeficiente de Gini, Hoffmann (2006) aponta que esse indicador apresentou tendência de redução ao longo do período analisado, mostrando que as variações no desemprego não chegaram a inverter o sentido das variações na desigualdade (exceto no período 1996-1998). A conclusão do autor é que, considerando o índice de Gini como medida de desigualdade, estima-se que o limite entre os "relativamente pobres" e os "relativamente ricos" na distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa seja de R$ 1.536 (em reais de agosto de 2006) [2]. O que indica que tanto o aumento no rendimento de uma pessoa que ganha mais do que R$ 1.536, como a redução no rendimento de alguém com renda menor, causa aumento no índice de Gini dessa distribuição.

Em sua tese, Souza (2016) usa tabulações do imposto de renda para construir novas séries históricas para a concentração de renda no Brasil, mostrando que entre 1926 e 2013, as frações recebidas pelos mais ricos mostravam uma certa estabilidade ao longo do período. Ao chegar nessas conclusões, Souza contraria o que está previsto por teorias da industrialização e modernização, pois "a fatia do bolo" do centésimo mais rico da população adulta oscilou frequentemente entre 20% e 25%, em todo período analisado.

[2] Esse valor corrigido pela Calculadora do Cidadão do Bacen é em valores atuais R$ 3.167,84.

O autor faz uma observação e crítica relevante aos trabalhos delimitados por esse tema, pois argumenta que os ricos ainda não são um objeto de estudo frequente, pelo menos não tanto quanto deveriam. A falta de uma terminologia para definir "ricos", ao contrário do que ocorre com os pobres, causa estranheza, a ponto de boa parte da literatura optar frequentemente por expressões inócuas como "os mais ricos". Essa constância de indefinição supostamente se dá pela posição social dos acadêmicos, em que o objeto é alvo de fascínio ao mesmo tempo em que se reveste de pudor, ou seja, todos querem ser ricos, mas ricos são sempre os outros. (SOUZA, 2016)

Entre conclusões tiradas de sua tese, Souza (2016) salienta que são parciais de certo modo:

> (...) a fração recebida pelos mais ricos foi de fato maior durante nossas duas ditaduras do século XX e cresceu particularmente nos primeiros anos após os golpes de 1937 e 1964. Só que a história não é tão simples assim, exigindo qualificações. A interação entre as condições excepcionais da Segunda Guerra e o Estado Novo parece ter sido mais decisiva do que a ditadura em si, tanto é que a regularização do cenário internacional após 1945 se fez acompanhar de uma redução imediata na concentração no topo. O próprio aumento da desigualdade ensejado pelo golpe de 1964 exauriu-se bem antes do fim do regime e, nos anos 1970, houve estabilidade ou leve recuo. Por fim, a redemocratização em 1985 não trouxe nenhuma desconcentração imediata da renda no topo, e desde então o amadurecimento da democracia e a consolidação do Estado de Bem-Estar à brasileira tampouco se traduziram em redução persistente das fatias dos ricos (SOUZA, 2016, p. 332).

Apesar do autor reconhecer que a falta de estudos empíricos e rigorosos sobre a dinâmica da desigualdade brasileira esboça certa projeção pessimista para o futuro do país, ele reconhece também que:

> Se os argumentos aqui defendidos estiverem corretos, a concentração de renda entre os ricos não sairá da agenda teórica, empírica e política no curto e no médio prazos. O Brasil tem tudo para seguir essa tendência: permanecemos um país altamente desigual em que a fração da renda recebida pelos mais ricos está longe dos níveis civilizados que cumpriram um papel fundamental para a construção simbólica do "Primeiro Mundo" no pós-guerra. Se quisermos romper com essa sina, teremos que encarar uma tarefa inédita, que exigirá reformas em muitas frentes e disputas políticas agudas. Não há motivos para sermos otimistas nem alternativas mais fáceis. Esperar que o crescimento puro e simples resolva nossa questão distributiva não funcionou no passado e dificilmente funcionará no futuro (SOUZA, 2016, p. 337).

Segundo Barros et al. (2006), um dos determinantes para a desigual distribuição de renda no Brasil são os fatores demográficos, pois as diferenças de renda per capita entre as famílias não depende exclusivamente da diferença da renda, mas leva em consideração o tamanho da família. Ainda reforça:

> Nosso ponto de partida são os fatores demográficos. As diferenças de renda per capita entre famílias dependem tanto de diferenças de renda entre elas como de diferenças

> de tamanho. A princípio, uma família pode ser pobre ou porque apresenta um número de membros muito elevado ou porque conta com um volume limitado de recursos

Ressalta ainda que a renda por adulto na família possui várias origens e estão divididos em dois grupos: (a) a renda não derivada do trabalho e (b) os rendimentos do trabalho. Finaliza relembrando que como a maioria dos rendimentos das famílias vem através do trabalho, isso resulta na dependência de dois determinantes: i) o acesso ao trabalho e ii) a remuneração do mesmo. E reconhece também que

> ...A renda individual e daí a renda por adulto da família tem várias origens. Podemos reuni-las em dois grandes grupos: (a) a renda não derivada do trabalho, formada pelas transferências governamentais e privadas, além dos rendimentos dos ativos da família; e (b) os rendimentos do trabalho.... Como a vasta maioria da renda das famílias vem do trabalho, é importante decompô-la em seus determinantes imediatos. São basicamente dois os determinantes imediatos da renda do trabalho por adulto, t. Por um lado, ela depende do acesso ao trabalho, isto é, em que medida cada membro adulto se encontra ocupado. Por outro lado, depende da remuneração dos membros ocupados (BARROS, et al. 2006, p. 382).

Segundo Ferreira (2000), de uma forma genérica as causas de uma distribuição desigual de renda se deve a pelo menos cinco grupos distintos de fatores. O primeiro trata das diferenças existentes entre indivíduos no que diz respeito às suas características natas, como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial. Já o segundo grupo traz as diferenças individuais adquiridas, como por exemplo o nível educacional, experiência profissional, etc.

Ferreira (2000) propõe que o terceiro grupo diz respeito aos mecanismos pelos quais o mercado de trabalho age sobre os dois grupos das características acima, causando diferenças no rendimento do trabalho. Salienta que esse grupo divide-se em três canais distintos: por discriminação, que é a diferença salarial entre dois postos de trabalhos idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividades idênticas, tendo como base alguma característica observável do trabalhador. O segundo canal de transmissão é à segmentação, onde entende-se a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos. E finalmente o terceiro canal de transmissão que é a projeção, que entende-se o retorno das características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho. Com isso o perfil salarial da educação projeta anos de escolaridade (de qualidade media) no espaço renda, quando o perfil da experiência projeta anos de experiência profissional (de qualidade media) no espaço renda.

O quarto grupo, segundo Ferreira (2000), refere-se aos mercados de capitais, onde a medida que esses mercados sejam imperfeitos, por segmentação no acesso ou preço do crédito, ou de apólices de seguros, e dados que esses dois últimos podem determinar a inserção do

indivíduo em diferentes ocupações produtivas, isso também acaba afetando a geração de renda e sua distribuição.

Por último, o quinto grupo é praticamente demográfico. Ferreira (2000), reforça que as decisões de formação de domicílio, de fertilidade, e de co-habituação ou separação domiciliar são fatores determinantes da renda familiar per capita. Como exemplos podemos citar, os casais que tendem a se formar entre pessoas ricas e pobres, onde homens ricos tendem-se casar-se com a mulher mais rica, e vice versa.

Esse tópico teve por objetivo, mensurar os esforços do fenômeno da desigualdade de renda, além da análise de evidências empíricas, bem como os principais fatores que geram distribuição desigual da renda. Para o próximo tópico será abordado a análise e discussão de dados do presente estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem por propósito apresentar uma breve reconstituição dos determinantes históricos do perfil concentrador de renda da economia brasileira no período imediatamente anterior ao Plano Real. Ademais, debate-se sobre o contexto de reformas implementados pelo Plano Real e a dinâmica assumida pela economia brasileira no período mais contemporâneo da história.

4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES

O estudo sobre o processo histórico da composição da distribuição de renda é sempre um aspecto de fundamental importância para a medição e análise do grau de desenvolvimento dos países (LACERDA, 1994). No caso brasileiro, a análise tende a apontar as especificidades de um país latino-americano marcado pela instabilidade política, pelo caráter concentrador da posse dos fatores de produção, além do caráter plural de seus territórios, culturas e dinâmicas sociais.

A despeito da concentração de renda constituída no período escravocrata e de dinâmica agroexportadora da economia brasileira, menciona-se que o debate acerca da distribuição de renda no Brasil intensificou-se a partir dos anos 1970. Mesmo conquistando períodos áureos de crescimento do PIB (como os que caracterizaram o dito “Milagre Econômico Brasileiro”), também presenciou o crescimento de mazelas socioeconômicas, a citar, a instabilidade macroeconômica, o endividamento e a concentração de renda. Como consequência destes fenômenos econômicos, houve o aumento das desigualdades sociais (EARP et al., 2003).

Em especial, Pereira e Gala (2007) argumentam que a política econômica do período dos governos militares incentivou a poupança interna em detrimento de ações de distribuição de renda, já que as classes de renda mais elevada poupavam mais que as de baixa renda. Da mesma forma, no trabalho intitulado “A Distribuição de Renda no Brasil”, Fishlow (1975) argumenta que as taxas de crescimento do PIB brasileiro seguiram de forma ascendente no período 1968-1973, ao contrário do que acontecia com a distribuição da renda, fatos que incorreram no crescimento da desigualdade social. Esses resultados seriam produto das políticas econômicas adotadas pelos governos militares que, tanto na estratégia para combater a inflação e também nas reformas estruturais, haviam montado um sistema que não beneficiava a população de baixa renda (mais vulnerável).

Tolipan e Carlos (1975) também discutiram a temática da desigualdade frente à realidade socioeconômica brasileira. No livro "A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil", os autores debatem sobre o processo de distribuição de renda. Em suma, diagnosticou-se a piora da distribuição de renda do Brasil no período de 1970 em relação à década anterior. Ademais, a aceleração do processo inflacionário observado na segunda metade dos anos 70, contribuiu para que o poder de compra e qualidade de vida da população mais pobre do Brasil caísse (GREMAUD et al., 2009).

Pires (2010) salienta que a maneira como os governos militares lidaram com as crises que assolaram o país nas décadas de 1970 e início de 1980 foi bastante penosa para a população. As heranças mais significativas do modelo econômico dos governos militares foram inflação, desemprego e estagnação que puderam ser sentidas por, pelo menos 15 anos. (PIRES, 2010). Os sucessivos "pacotes econômicos", impunham maiores sacrifícios, que materializaram em desemprego, miséria e queda da renda per capita.

Diante de tudo isso a popularidade das gestões militares ficou corroída, de tal forma que surge em 1983 do movimento "Diretas Já', que reivindicou eleições diretas para presidente da república. O período da redemocratização brasileira, conhecida pelo início da Nova República, emerge em um contexto de economia em crescimento, balanço de pagamentos em transações correntes equilibrado (o saldo comercial era suficiente para pagar a remessa de juros sem necessidade de novos aportes de capital) e inflação elevada em torno de 200% a.a, fazendo com que os primeiros governos do referido período fossem eleitos com o propósito do combate à inflação (GREMAUD et al., 2009).

Pinheiro (1996) destaca que, no período 1980-1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa (2,1% a.a.), fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB per capita entre 1980 e 1993. O crescimento do produto foi também irregular, alternando anos de grande expansão com outros de significativo declínio (PINHEIRO, 1996). Ainda, inflação nesse mesmo período, chegou a alcançar o patamar médio de 438% a.a.

Para controlar a inflação que se estendia a números exorbitantes, o governo começou a criar mecanismos para tentar amenizar os impactos, o que facilitava a sua aceleração. Na busca de uma alternativa viável foram lançados diversos planos: Plano Cruzado (1986); Plano Cruzado II (final de 1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor I (1990); Plano Collor II (1991); e finalmente em 1994 o Plano Real. Todos esses planos, com exceção do Real, contribuíram para a aceleração da inflação (GIAMBIAGI et al., 2011).

Ometto et al. (1994) relembram que a inflação elevada impacta sobre as medidas de desigualdade de renda de duas maneiras: i) é responsável pelo aumento real da desigualdade, decorrente do menor poder de compra de certos grupos sociais (assalariados, pensionistas e outros, cujos rendimentos são sempre ajustados com atraso) e ii) aumento dos erros de declaração que ocorrem com maior frequência nos períodos de inflação acelerada, pois os agentes perdem a noção dos valores monetários. (OMETTO et al., 1994).

Sendo o lançamento do Plano Real determinante para o alcance da estabilidade macroeconômica no Brasil, discorre-se a seguir sobre suas principais características. O sétimo plano de estabilização implantado no Brasil desde a crise econômica desencadeada em 1979, foi concebido como um programa em três fases: 1) voltada à promoção de um ajuste fiscal para equilibrar as contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação; 2) criação de um padrão estável de valor denominado Unidade de Real Valor (URV); e 3) concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia "as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a sua estabilidade." (GIAMBIAGI et al., 2011).

Para que fosse possível cumprir a primeira etapa do Plano Real, foi implantado o Programa de Ação Imediata (PAI) em 14 de junho de 1993. Para conseguir esse equilíbrio nas finanças públicas, o governo diagnosticou as seguintes necessidades: redução dos gastos da União e aumento na eficiência no ano de 1993; recuperação da receita tributária; equacionamento das dívidas de estados e munícipios com a União; controle mais rígido dos bancos estaduais e saneamento dos bancos federais; aperfeiçoamento do programa de privatização, entre outras ações (LACERDA, 2013).

Já a segunda fase do Plano buscava eliminar o componente inercial da inflação. Para isso, o ponto de partida era que para acabar com a inflação era preciso "zerar a memória inflacionária". Diferentemente de planos anteriores, o Plano Real iria evitar a utilização de congelamento de preços, a desindexação seria feita de forma voluntária, através de uma quase moeda, que iria reduzir o período de reajustes de preços (GIAMBIAGI et al., 2011).

Foi diante desse contexto que no final de fevereiro de 1994, surgiu o novo sistema de indexação, que visava simular os efeitos de uma hiperinflação, encurtamento de prazos e reajustes (indexação diária), "substituição parcial da moeda", sem passar por seus efeitos e corrigindo os desiquilíbrios de preços relativos. No dia 27 de fevereiro de 1994, o governo criou um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor em cruzeiros reais seria corrigido diariamente pela taxa de inflação medida pelos principais índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial), passando a funcionar como uma unidade de conta no sistema. O valor de

URV, nessa condição, manteria uma paridade fixa de um para um com o dólar. (GREMAUD et al., 2017).

Com isso, durante um curto período que foi de 27 de fevereiro de 1994 até 1° de julho de 1994, quando a moeda foi implantada e quando ela foi substituída pela nova moeda (o real), o Brasil conviveu com duas "moedas". O Cruzeiro Real - que fazia sua função de meio de troca - e a URV, funcionando com unidade de valor. (CORSI, et al., 2010)

Em 1° de julho de 1994, quando todos os preços estavam expressos em URV, o governo introduziu a nova Moeda, o Real (R$), cujo valor era igual ao da URV e por conseguinte ao US$ do dia: CR$ 2.750,00. Assim todos os preços em CR$ foram convertidos em R$, dividindo-se pelo valor da URV do "dia D". Era o início da terceira fase do Plano Real (GREMAUD et al., 2017).

Dentre os fatores que contribuíram para a estabilização da economia, o mais relevante foi a valorização da taxa de câmbio, justamente no momento em que a abertura para o comércio exterior tinha aumentado significativamente e o país possuía um volume significativo de reservas (GREMAUD et al., 2017). Da mesma, a retomada da confiança dos agentes econômicos nas instituições brasileiras foi determinante para que a estabilidade macroeconômica pudesse ser consolidada.

Como impactos imediatos do Plano Real, pode-se mencionar a queda da taxa de inflação e o aumento da demanda (GREMAUD et al., 2017). Rocha (2018) também ressalta as mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e renda no Brasil. Para o próximo tópico, dedica-se à análise do comportamento das desigualdades sociais no Brasil no período pós implementação do Plano Real.

4.2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A despeito das conquistas socioeconômicas dos últimos anos, o Brasil tem grandes desafios ainda a serem cumpridos. No rol de problemáticas a serem superadas, mencionam-se os fenômenos da pobreza, das vulnerabilidades e desigualdades sociais. De acordo com estimativas do Censo Demográfico (2010) do IBGE, cerca de 16,2 milhões de pessoas são extremamente pobres e tem uma renda de até 70 reais per capita no país. Daí emerge a necessidade de estudos e políticas públicas de enfrentamento social.

Mesmo ocupando o 9° lugar no ranking dos maiores PIBs mundiais (IPRI, 2017), o Brasil é um país de pobres. Mercadante (2006) salienta que a pobreza está diretamente ligada a

má distribuição de renda. Para o autor, a pobreza é fruto da organização social da produção e de acumulação de capital que exclui parte da população dos sistemas de produção e consumo.

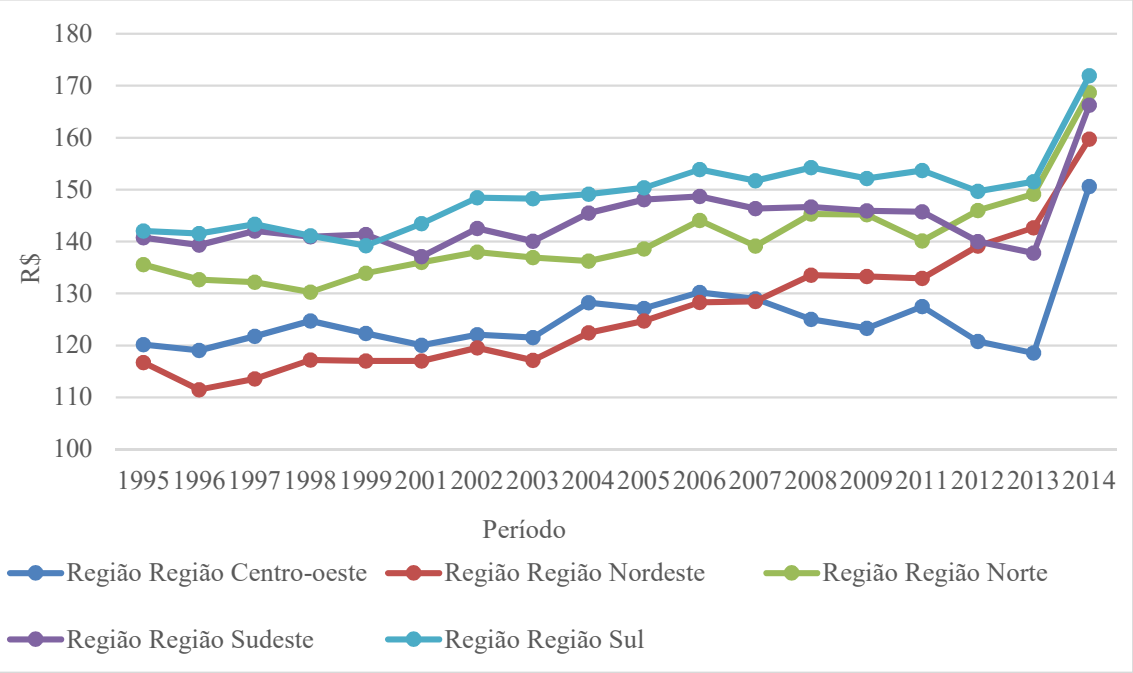
Essa característica dual (de ser um dos países com um dos maiores PIB do mundo, mas também aquele país referência em desigualdade) pode ser medida pelo Coeficiente de Gini. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam o Brasil como o 10° país mais desigual do mundo e o quarto da América Latina. Segundo o levantamento da ONU, o percentual de desigualdade de renda no Brasil (37%) é superior à média da América Latina, incluindo os países do Caribe (34,9%) (PIRES, 2017).

Oportunamente, a análise das transformações temporais indica que os níveis de desigualdade de renda e a taxa de pobreza estão decaindo. Segundo IPEA (2015), os níveis de renda desigualdade de renda permaneceram praticamente congelados desde a década de 1970 e começaram a cair somente em 2001. Sobretudo, a pobreza mantém uma trajetória de declínio desde 2003.

A figura 3 ilustra o comportamento da renda domiciliar per capita média dos pobres brasileiros no período de 1995 a 2014. Ao passo que o número relativo de pobres caiu no país, também é possível observar que houve no período analisado um aumento da renda auferida pela população mais pobre.

Quando analisadas as regiões brasileiras, pode-se constatar que a região que teve o maior aumento de renda auferida foi a região Nordeste, passando de R$ 113,44 em 1995 para R$ 159,75 em 2014, totalizando um aumento de R$ 46,31 na renda auferida. Ainda, no mesmo período de análise, apresenta-se a evolução da região Norte, com um aumento de R$ 33,37, seguida pela região Sul (R$ 29,87), região Sudeste com (R$ 28,87). A região que percebeu o menor aumento da renda domiciliar per capita média dos pobres foi a região Centro Oeste, com crescimento de apenas R$ 18,85.

Figura 3 - Renda domiciliar per capita (R$) média dos pobres brasileiros (1995 a 2014)

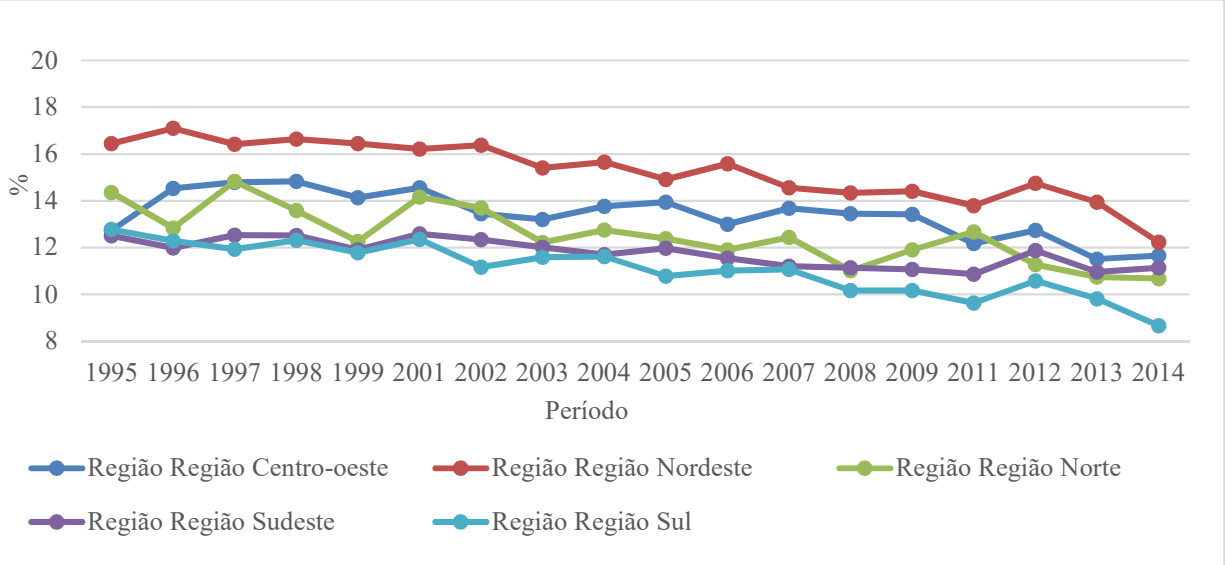


Fonte: IPEA (2018).

Os resultados obtidos acima vão ao encontro com o relatório divulgado pelo IPEA (2018), onde no mesmo é possível destacar a trajetória do Brasil nas últimas décadas no que se refere ao combate da pobreza extrema. O percentual de extremamente pobres recuou de 16% em 1990, para pouco menos de 4% em 2015. Como fatores que contribuíram para essa redução, cita-se o bom desempenho da economia e do mercado de trabalho, associado à criação e ao aperfeiçoamento de políticas públicas que estenderam a proteção social no país. Como outras medidas, pode-se mencionar a formalização do mercado de trabalho, a expansão do acesso ao crédito e ao consumo, a valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda proporcionaram um rápido crescimento da renda dos mais pobres, com maior intensidade a partir de meados dos anos 2000 (SILVA, 2018).

A figura 4 ilustra o comportamento da renda domiciliar, de forma a realizar referência a participação do 1% mais rico na distribuição de renda, ou seja, a quantia de renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da população brasileira no período de 1995 a 2014.

Figura 4 - Renda domiciliar brasileira- participação do 1% mais rico (1995 a 2014)



Fonte: Ipea (2018).

No contexto geral, nota-se que a proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico vem em declínio no país. Quando são analisados os dados por região, pode-se constatar que a região que teve o maior declínio foi a região Sul, cuja participação do 1% mais ricos em 1995 era de 14,89%, passando em 2014 para 8,66% (uma diferença de 6,23%). As regiões Norte, Sudeste e Nordeste galgaram declínio de 5,44%, 5,01% e 4,59%, respectivamente. O menor declínio da renda domiciliar do 1% mais rico foi observado na região Centro Oeste, com queda de 1,8%.

Mesmo com essa pequena queda verificada ao longo do período analisado, o grupo de 1% mais ricos da população brasileira tinha um rendimento mensal de R$ 28.040,00 no ano passado, ou seja, em torno de 36,1 vezes acima da que recebia a metade mais pobre da população no mesmo período (R$ 754,00). Segundo o IBGE, comparando o ano de 2017 ao de 2016, essa proporção era praticamente a mesma, quando o grupo do 1% mais rico tinha um rendimento 36,3 vezes maior do que a metade com os menores rendimento (BÔAS, 2018).

Ainda, segundo dados da Oxfam (2017), em relação à renda do 1% mais rico da população, recebecem em média mais de 25% de toda a renda nacional. Já os 5% mais ricos, acabam recebendo o mesmo que os demais 95,47% da população brasileira. Pra se ter uma ideia de tão grande é essa diferença, uma pessoa que recebe um salário mínimo, teria que trabalhar 4 anos para ganhar o mesmo que 1% mais rico ganha em um mês (OXFAM, 2017).

A Tabela 1 demonstra os coeficientes de Gini e Theil para as regiões brasileiras para os anos 1995 e 2014.

Tabela 1 - Coeficientes de Gini e Theil para as regiões do Brasil (1995 – 2014)

Ano	Região do Brasil									
	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Gini	Theil	Gini	Theil	Gini	Theil	Gini	Theil	Gini	Theil
1995	0,58	0,69	0,60	0,81	0,58	0,71	0,57	0,64	0,57	0,64
1996	0,60	0,75	0,62	0,85	0,58	0,68	0,56	0,63	0,56	0,63
1997	0,60	0,76	0,62	0,83	0,59	0,73	0,57	0,64	0,56	0,61
1998	0,60	0,77	0,61	0,81	0,58	0,70	0,57	0,65	0,56	0,62
1999	0,59	0,74	0,60	0,80	0,56	0,64	0,56	0,62	0,56	0,63
2001	0,60	0,75	0,60	0,79	0,56	0,67	0,57	0,65	0,55	0,60
2002	0,59	0,73	0,60	0,78	0,56	0,67	0,56	0,65	0,53	0,55
2003	0,58	0,69	0,59	0,73	0,54	0,60	0,56	0,62	0,53	0,56
2004	0,57	0,69	0,58	0,74	0,54	0,61	0,54	0,59	0,52	0,55
2005	0,58	0,71	0,57	0,71	0,53	0,58	0,54	0,59	0,52	0,52
2006	0,56	0,66	0,57	0,73	0,52	0,55	0,54	0,58	0,51	0,51
2007	0,57	0,69	0,56	0,68	0,53	0,60	0,52	0,54	0,51	0,51
2008	0,57	0,67	0,56	0,67	0,51	0,52	0,52	0,53	0,49	0,48
2009	0,56	0,66	0,56	0,67	0,52	0,55	0,51	0,53	0,49	0,48
2011	0,54	0,60	0,54	0,63	0,54	0,59	0,50	0,51	0,47	0,44
2012	0,53	0,60	0,54	0,68	0,51	0,53	0,50	0,55	0,47	0,45
2013	0,53	0,57	0,54	0,62	0,52	0,52	0,50	0,51	0,47	0,43
2014	0,51	0,54	0,52	0,55	0,50	0,50	0,50	0,52	0,46	0,40

Fonte: Ipea (2018).

Vale lembrar que os índices medem o grau da desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita entre os indivíduos[3]. Quando a análise desses indicadores ocorre de uma forma geral, pode-se constatar que houve redução da desigualdade em todas as regiões brasileiras, tanto pela observação do índice de Gini como o índice de Theil.

Ao comparar o comportamento dos referidos índices no início e final do período analisado, verifica-se que a região Sul foi a que mais obteve redução de desigualdade, conforme mostra o seu índice de Gini (0,11) e Theil (0,24). O Nordeste vem logo em seguida, com redução de (0,08) no índice de Gini e (0,26) no Theil.

A região Norte apresenta uma redução de (0,08) no Gini e (0,21) no Theil. Já a região Centro Oeste ficou em quarto lugar no ranking nacional da evolução das equidades sociais, com redução de (0,07) no Gini e (0,15) no Theil. Por sua vez, a região Sudeste obteve uma redução de apenas (0,07) no índice de Gini e (0,12) no índice de Theil.

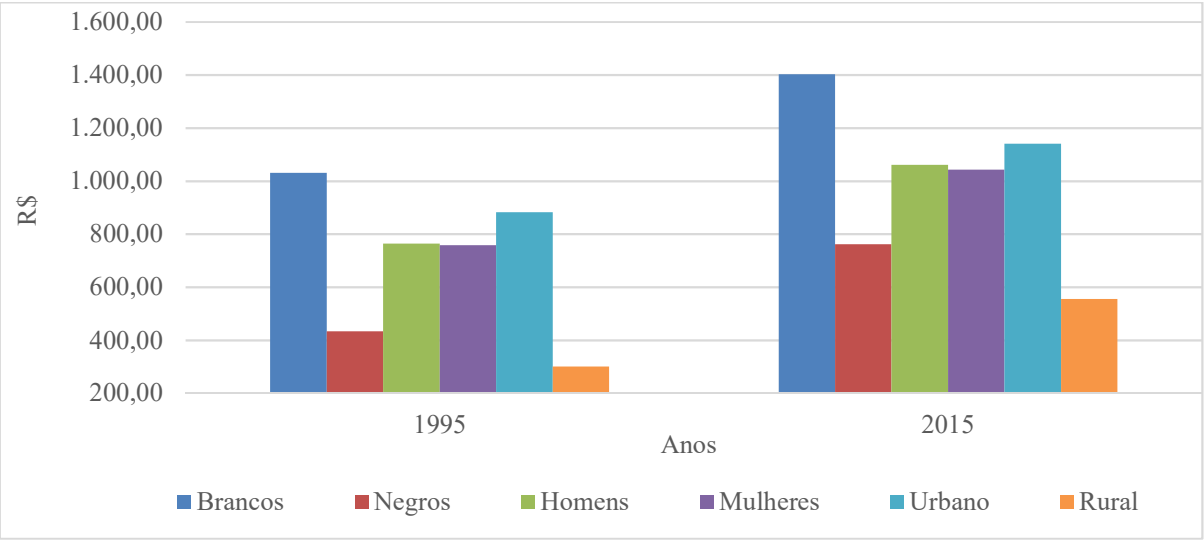
[3] A diferença entre as medidas de desigualdade de Theil e de Gini é devida à forma da decomposição desses índices entre e dentro dos grupos. (HOFFMANN, 2006).

Todas as informações acima descritas vão ao encontro dos resultados apontados pela pesquisa da Oxfam (2017), que ilustra que entre os anos de 1976 e 2015, o índice de Gini da renda variou de 0,62 a 0,51. “Neste período, a pobreza encolheu de 35% para menos de 10%, ou seja, para menos de um terço do que era há 40 anos” (OXFAM, 2017, p.18).

Ainda segundo a pesquisa Oxfam (2017), para que esses resultados fossem obtidos, algumas mudanças na infraestrutura foram necessárias no que se refere aos ganhos em renda e oferta de serviços essenciais, tais como: a promulgação da Constituição Federal, a estabilização da economia na década de 90; uma política de salário mínimo inclusiva nos anos 2000, além de uma série de políticas sociais que tiraram o país do mapa da fome da ONU, em 2015 (OXFAM, 2017).

A figura 5 ilustra o rendimento mensal domiciliar per capita médio por grupos sociais (brancos, negros, homens, mulheres) e domicílio (urbano e rural) no período de 1995 a 2015. Ao passo que o rendimento médio per capita aumentou de uma forma bem significativa, também é possível verificar que esse rendimento está muito mal distribuído entre os grupos sociais. Para o período analisado, o grupo que obteve um melhor rendimento médio foi o grupo de indivíduos brancos, onde em 1995 possuíam um rendimento de R$ 1.030,80 e, em 2015, um rendimento de R$ 1.402,20. Logo, para os brancos brasileiros, houve aumento na renda de R$ 371,20. Já para os indivíduos negros, o aumento observado foi de R$ 328,90.

Figura 5 - Rendimento Mensal Domiciliar per Capita Médio por Grupos Sociais no Brasil (1995 – 2015)



Fonte: IPEA (2018).

Ademais, quando são analisados os dados por sexo dos brasileiros, é plausível verificar que o rendimento médio dos homens tem certa vantagem sobre as mulheres, sendo que eles

apresentaram aumento de R$ 296,70 na renda auferida no período analisado, em detrimento do aumento de R$ 285,40 delas. Estes resultados vão ao encontro das informações divulgadas pelo relatório da Oxfam Brasil (2017), que apontam que ainda persistem desigualdades históricas entre mulheres e homens. Segundo o referido documento, "apesar de avanços em termos de equiparação salarial entre esses grupos, as mulheres ainda ganham 62% do que ganham os homens" (OXFAM, 2017, p. 19).

Cálculos realizados de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que 65% das mulheres brasileiras auferem até 1,5 salário mínimo, em contraposição a 52% dos homens. Ainda, na faixa de renda superior a 10 salários mínimos, existem dois homens para cada mulher. Assim sendo, mantendo-se a tendência das últimas duas décadas, estima-se que mulheres brasileiras conquistarão equiparação salarial aos homens somente no ano de 2047 (OXFAM, 2017).

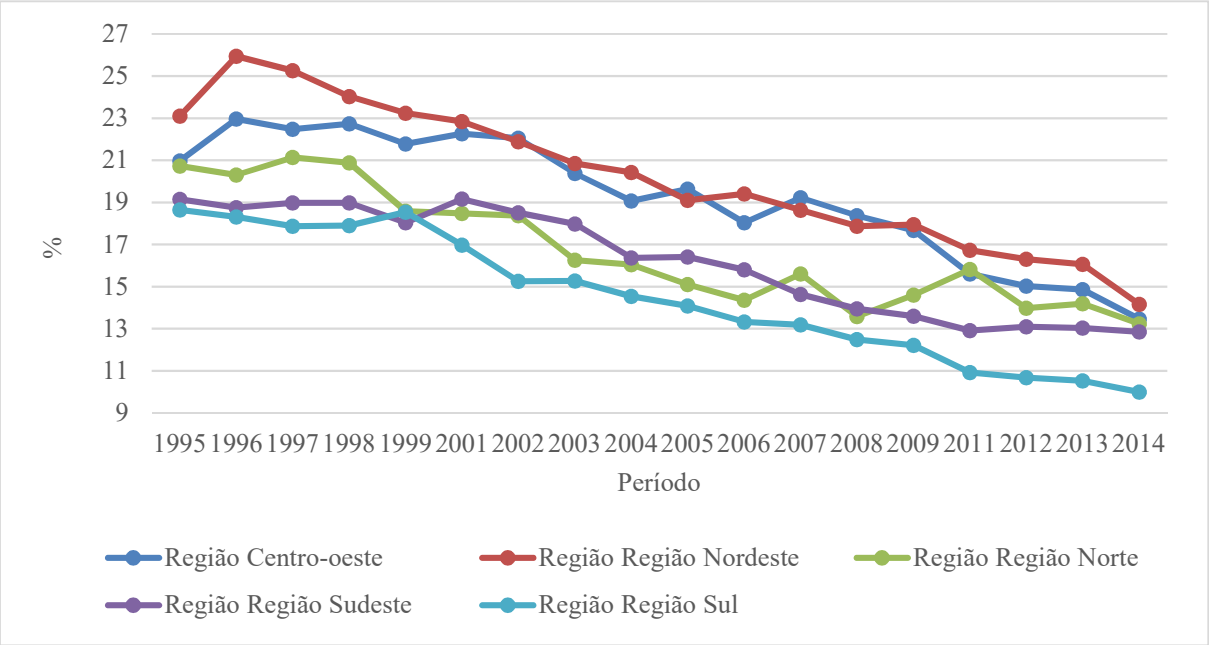
As desigualdades sociais no Brasil também podem ser retratadas pela dimensão territorial. A análise da realidade dos indivíduos habitantes no rural e no urbano indica que a população que vive nas cidades tem rendimento médio em torno de R$ 1.141,20, ou seja, um rendimento muito superior aos indivíduos rurais, cujo rendimento é de R$ 555,70. Embora sejam percebidos avanços históricos, os resultados acima descritos corroboram a tese de que renda domiciliar per capita média da população urbana seja mais elevada do que a da população rural (PNUD, 2017).

De fato, esta conjuntura também é retratada pelo estudo do PNUD (2017), que aponta que a população urbana tem renda quase três vezes maior do que a da população rural. Ao avaliar o índice de desenvolvimento humano desagregado para o ano de 2010 (conforme informações estatísticas disponíveis), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento também atesta que a desigualdade vai além da remuneração, tocando as dimensões saúde e educação: "quanto à escolaridade da população adulta, 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o fundamental completo, ante 26,5% da população rural. Na esperança de vida ao nascer, a população urbana vive em média 3 anos a mais do que a população rural, 74,5 anos a 71,5 ano" (PNUD, 2017, p. 18).

Adicionalmente, a figura 6 apresenta a razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres por região no Brasil no período de 1995 e 2014. Ao passo que o número de pobres caiu no país, pode-se verificar que razão entre a renda dos 10% mais ricos também vem em constante queda. A maior fração de queda é observada na região Nordeste, que em 1995 tinha uma razão de 23,11% entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres e, em 2015,

conseguiu reduzir para 14,16% (totalizando uma diferença de 8,95%). Por conseguinte, cita-se a queda de 8,65% da região Sul, 7,50% das regiões Centro Oeste e Nordeste.

Figura 6 - Razão da renda entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres no Brasil (1995-2014)



Fonte: Ipea (2018).

Contribuíram para os avanços sociais dos últimos anos vários aspectos, a incluir as ações públicas em razão da queda de desigualdade de renda e da pobreza. A promulgação da Constituição Federal em 1988 pode ser considerada um marco institucional, pois entre seus objetivos centrais, estava a erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais e sociais. Especialmente, era o início da proteção e direitos sociais no Brasil (BRASIL, 1988).

Cita-se ainda o lançamento de políticas e programas sociais com foco na transferência de renda para combater a desigualdade e a pobreza. O primeiro projeto lançado no Brasil de autoria do Senador Eduardo Suplicy (PT), foi o Programa de Garantia de Renda Mínima, que era um complemento à renda das famílias em necessidades (SEGA, 2013). Inspirado no projeto de Suplicy, o governo FHC (1995-2002) cria os programas de transferências de renda Bolsa Escola e Bolsa Alimentação (SEGA, 2013).

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assume a presidência, além de continuar apoiando os programas, também os unifica e os amplia. Surge então o Programa Bolsa família em outubro de 2003. Após a implantação do programa, a sua meta era atingir 11,1 milhões de famílias, sendo que essa meta foi atingida em junho de 2006. Posterior a isso, o governo em

2009 aumentou a meta para 12,9 milhões de famílias, sendo que a nova meta foi atingida em 2011. Atualmente, o programa atende 13,7 milhões de famílias, gerando um montante de 2,4 bilhões repassados aos beneficiários (PORTAL BRASIL, 2011; MDS, 2017).

Tabela 2 - Número de beneficiários e valor destinado ao Programa Bolsa Família no Brasil (2009-2016)

Período	Número de beneficiários do PBF em dezembro	Valor total dos benefícios em dezembro (R$)
2009	12.370.915	1.174.266.196,00
2010	12.778.220	1.239.042.080,00
2011	13.352.306	1.602.079.650,00
2012	13.900.733	2.012.526.564,00
2013	14.078.789	2.137.997.755,00
2014	13.995.978	2.365.600.319,00
2016	13.562.452	2.456.827.349,00

Fonte: IPEADATA (2018).

Vale destacar que atualmente a região que possui o maior número de beneficiários do referido programa é a Nordeste, com 6.942.227 milhões de famílias cadastradas com benefício médio de R$ 183,31. A região Sudeste possui 3.553.154 milhões de famílias atendidas com rendimento mensal de R$ 165,44, seguida da região Norte (com 1.750.691 milhões de famílias e benefício em torno de R$ 200,21), da região Sul (com 836.763 mil famílias e rendimento de R$ 158,10 por mês). A região que apresenta o menor número de famílias cadastradas é a Centro Oeste, com 653.506 mil famílias vinculadas e rendimento médio mensal de R$ 156,75 (PORTAL BRASIL, 2018).

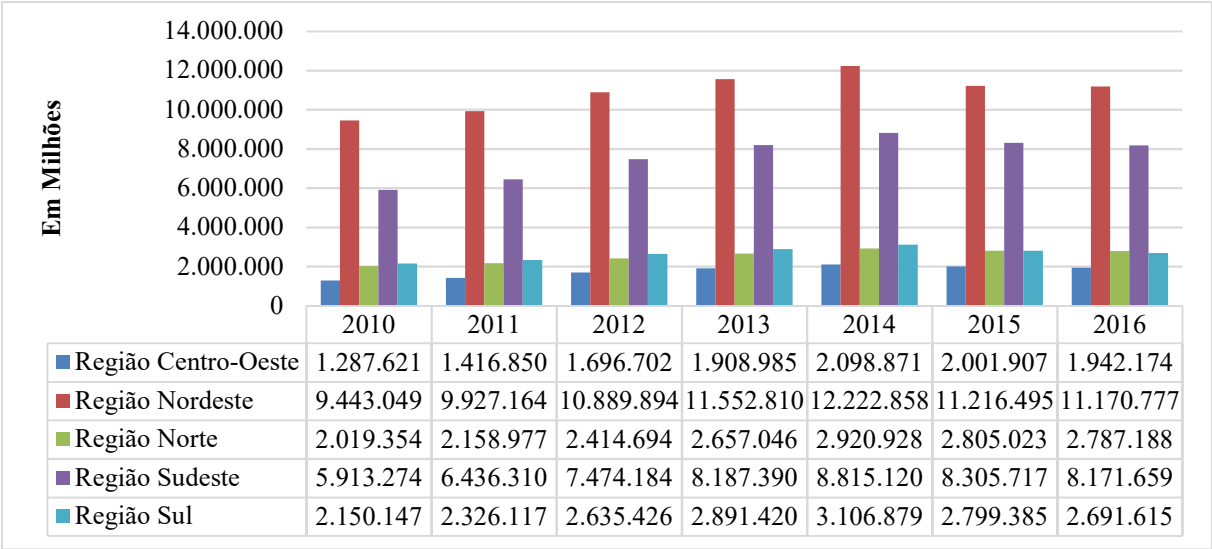
Acompanhando o maior acesso da população brasileira ao Programa Bolsa Família, pode-se verificar que o aumento do acesso aos serviços de saúde e educação. Além disso o programa causou impactos nos municípios brasileiros, pois provou que é capaz de aumentar a renda dos beneficiários e de promover o crescimento do consumo nas diferentes regiões do país, fazendo com que esses gastos sociais resultem em importante benefícios socioeconômicos (SEGA, 2013).

A figura 7 ilustra o número de famílias cadastradas no Cadastro Único[4] (CAD) de 2010 a 2016. De uma forma geral, verifica-se que, de 2010 (ano em que foi implantado) a 2016, houve aumento do número de famílias cadastradas no programa em todas as regiões brasileiras,

[4] O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população (MDS, 2018).

o que indica que o número de pessoas cadastrada está aumentando. Quando se analisa o número de famílias por região, no período de 2010 a 2016, a região do Nordeste é que mais tem vínculos ao programa, seguida pela região Sudeste, Norte, Sul e Centro Oeste.

Figura 7 - Número famílias no Cadastro Único por região do Brasil (2010 – 2016)



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Região Centro-Oeste	1.287.621	1.416.850	1.696.702	1.908.985	2.098.871	2.001.907	1.942.174
Região Nordeste	9.443.049	9.927.164	10.889.894	11.552.810	12.222.858	11.216.495	11.170.777
Região Norte	2.019.354	2.158.977	2.414.694	2.657.046	2.920.928	2.805.023	2.787.188
Região Sudeste	5.913.274	6.436.310	7.474.184	8.187.390	8.815.120	8.305.717	8.171.659
Região Sul	2.150.147	2.326.117	2.635.426	2.891.420	3.106.879	2.799.385	2.691.615

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2018).

Segundo Silva (2018), conclui que não só o número de famílias inscritas no programa aumentou, bem como a quantidade de programas que o utilizam aumentaram muito desde a sua criação. Reforça que esse cadastro serve como base de integração para uma série de políticas sociais, como tarifa social de energia elétrica até o programa Minha Casa Minha Vida, estimulando possibilidades de articulação intersetorial. O autor ainda ressalta:

> O aprimoramento do Cadastro Único para Programas Sociais (revisão e averiguação das inconsistências) e a integração dos processos do Programa Bolsa Família com outros programas sociais que se utilizam do CadÚnico, iniciados em 2016, foram os fatores que mais contribuíram para viabilizar a inclusão de novas famílias, que apesar de responderem a todos os critérios do programa, ainda não haviam sido atendidas (SILVA, 2018, p. 33).

Não diferente disso, Neri (2018) ressalta em seu estudo o aumento da pobreza até o segundo trimestre de 2018. Salienta que, atualmente no Brasil, exista em média 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com rendimentos abaixo de R$ 232,00 por mês, em torno de 11,2% da população brasileira. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de novos pobres. Nesse contexto pode se afirmar que o grupo de pobres (23,3 milhões) é maior que a população chilena, por exemplo.

Contudo, apesar das políticas de redistribuição de renda adotada, serem uma forte arma para combater e amenizar as desigualdades sociais no país, ainda estamos longe de sermos um

país igualitário, pelo contrário, no Brasil a renda per capita está intensificando ainda mais o abismo entre ricos pobres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção principal desse trabalho foi traçar um panorama do comportamento da distribuição de renda no Brasil no período posterior a implantação do Plano Real, bem como debater sobre os condicionantes do processo de constituição das desigualdades sociais, avaliando os indicadores socioeconômicos que fazem referência a tal desigualdades. Ainda, refletiu-se sobre o impacto das políticas públicas no enfrentamento as desigualdades sociais.

Dentre os principais resultados da pesquisa, pode-se citar que todas as variáveis de distribuição de renda e desigualdades sociais analisados são significativas para explicar a desigualdade de renda no Brasil. No que toca à análise da distribuição de renda, pode-se verificar que ao longo das décadas de 70, 80 e início da década de 90, as políticas governamentais contribuíram para o perfil concentrador de riqueza da economia brasileira. Posterior à promulgação da Constituição Federal e à implantação das políticas públicas com foco na distribuição de renda, pode-se perceber avanços no índice de Gini, bem como no índice de Theil. Especialmente a partir de 2002, estes indicadores apresentaram constante queda. Como consequência dessa melhora em equidade social no Brasil, podemos citar a situação favorável em que o país se encontrava, sem crises econômicas e com uma estabilidade macroeconômica, imprevisível da década de 80.

Ainda que os dados estatísticos indiquem a queda na desigualdade, é possível perceber certa concentração de renda em alguns grupos da sociedade, como entre pessoas do sexo masculino, pessoas de cor branca e pessoas do meio urbano. Entretanto, a distribuição de renda aparenta estar melhorando em prol das minorias e das regiões historicamente menos favorecidas.

No rol de determinantes da má distribuição e desigual da renda no Brasil, elencam-se cinco grupos distintos: a) características natas dos indivíduos (raça, sexo, inteligência e/ou riqueza inicial); b) características adquiridas (nível educacional, experiência profissional, entre outros); c) o papel do mercado de trabalho (principal canal de transformação das características individuais em renda, que age sobre os dois grupos de características acima, transformando-as em diferenças no rendimento do trabalho); d) o papel do mercado de capital; e) o papel da formação de domicílios (fertilidade, de co-habitação ou separação domiciliar, onde é natural que homem mais rico tende a se casar com mulher mais rica, e assim por diante), apresentando um maior nível de desigualdade.

A partir desses resultados, conclui-se que as políticas públicas voltadas somente para a distribuição de renda não podem ser a estratégia única para reduzir a desigualdade social

brasileira. Como outras ações a serem desenvolvidas pelo governo, podemos citar, uma melhora na educação pública, gasto social norteado, um aumento no investimento e redução da criminalidade. Isso tudo contribui para amenizar a desigualdade de renda no do Brasil.

Por fim, embora esse trabalho constitui-se um esforço para traçar o comportamento do padrão de distribuição de renda no Brasil, ao adicionar algumas variáveis de análise, reconhece-se algumas limitações, tais como: ausência de dados disponíveis para os últimos quatro anos analisados, a não realização de testes estatísticos mais sofisticados, entre outros. Com relação ao CAD, o programa iniciou-se em 2010 e por esse motivo, não há informações disponíveis em anos anteriores. Para continuidade desse estudo, sugere-se uma pesquisa mais detalhada sobre todos os estados brasileiros, para que as ações públicas possam ser embasadas em diagnóstico preciso e eficiente. Uma outra fonte de pesquisa que pode ser explorada é qual o impacto da recessão do PIB nos anos de 2015 e 2016 na distribuição de renda da população beneficiada pelos programas sociais do Governo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. R. **Desenvolvimento teórico sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 1996. 7-8-10 p. Dissertação (Mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1996.

ARCOVERDE, A. C. B. **Questão social no Brasil e serviço social. In: Capacitação em serviço Social e Política Social, Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: Centro de Educação Aberta, 2000.

BAGOLIN, I.P. SILVA, S. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade**. [S.l.], [s.n]. 2001

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: Ipea, 1992

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A **Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil**. Textos para discussão n. 800, IPEA, Rio de Janeiro, p. 1-24, 2001.

BARROS, R.P. et al. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília – DF. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2006. p. 382

BÔAS, B.V. IBGE: Renda do 1% mais rico é 36 vezes a média da metade mais pobre. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 11 abril 2018. Disponível em:<https://www.valor.com.br/brasil/5444749/ibge-renda-do-1-mais-rico-e-36-vezes-media-da-metade-mais-pobre>. Acesso em 22 nov. 2018

BONELLI, R. P. et al. **Distribuição de renda: evolução no último quarto de século**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988

BRASIL (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de nov. 2018.

CALEIRO, J. P. **Calculadora da desigualdade mostra seu lugar na pirâmide**. Exame. São Paulo, 2 agosto 2016. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/economia/calculadora-da-desigualdade-mostra-seu-lugar-na-piramide/>. Acesso em: 22 nov.2018

CARVALHO, J. L. **Choques e a resposta interna: "Semeando vento e colhendo tempestade" na agricultura brasileira.** [S.l]: Revista Brasileira de Economia.1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/424/7514>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CIA WORLD FACTBOOK. Disponível em:< https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: 15 out. 2018.

CORSI, F.L. et al. **Economia Brasileira: da colônia ao Governo Lula**. São Paulo. Ed. Saraiva, 2010

EARP, F. S.; PRADO. C. L. **O "Milagre" Brasileiro Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Distribuição De Renda 1967-1973**. Trabalho publicado em Jorge Ferreira e Lucília A. N. Delgado (orgs), O Brasil Republicano, Vol 4, O tempo da ditadura. Rio de Janeiro. 2003.

ENDE, M, V. et al. **Estudo sobre as variáveis determinantes da distribuição de renda no Brasil**. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. [S.l.], 2010.

FERREIRA, F.H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** PUC RIO. [s.n], 2000.

FISHLOW, ALBERT. "**A Distribuição de Renda no Brasil**" in Tolipan e Tinelli (1975).

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p.3 e 4.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968, p.19.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Bras*il***, 7ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean.** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C. World Bank, 2003

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea**. 2 ° ed. Rio de Janeiro, 2011.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier; DTPhoenix Editorial, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A, 2008

GREMAUD, A. P. et al. Economia Brasileira Contemporânea, 7ª Edição. São Paulo. Ed. Atlas Ltda, 2009.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2017.

HADDAD, C.LS. **Crescimento do produto real brasileiro 1900/1947**. Universidade de Chicago. [s.n], 1974.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. São Paulo. [s.n], 2001.

HOFFMANN, R. **Medidas de desigualdade. Estatística para Economistas**. 4° ed. São Paulo. Thomson Pioneira, 2006

HOFFMANN, R. **O índice de desigualdade de Theil- Atkinson**. v° 11. Fortaleza, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso: 20 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, **IPEA,** 2004 Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 22 set. 2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso: 21 abr. 2018

IPEA (2015). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata, **Banco de dados macroeconômicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 10 out. 2018

IPRI, Instituto de Pesquisa e de Relações Internacionais. **As 15 maiores economias do Mundo**. Fundação Alexandre de Gusmão- FUNAG, 2017. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp > Acesso em: 07 nov. 2018.

KUZNETS, S. **Crescimento Econômico Moderno.** Rio de Janeiro, Abril Cultural. 1992.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

LACERDA, C. A. Distribuição de renda no Brasil nos anos 80. **Revista de Economia Política**, v. 14, 1994.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. São Paulo: FGV, 1973.

MALTHUS, T. R. **Princípios de Economia Política: Considerações sobre sua Aplicação Prática.** São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

MARX, K. **Salário, preço e lucro. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTOS, L. V. **Economia Política e Mudança Social.** São Paulo: Editora da USP, 1998.

MDS (2017). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Relatórios de Informações Sociais** – SAGI. Brasília, DF: Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php. Acesso em: 22 set. 2018

MERCADANTE, A. **Brasil: Primeiro Tempo** – análise comparativa do Governo Lula. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

MILL, J. S. **Princípios de Economia Política: Com algumas de suas Aplicações à Filosofia Social.** São Paulo: Abril S.A Cultural e Industrial, 1983.

MOREIRA, R. C. Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.47, n. 4, 2009.

NERI, M. C.; CONSIDERA, C. P. **Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização**. Economia Brasileira em Perspectiva, v. 1, p. 49-82, 1996.

NERI, M. **Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NERI, M. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e distribuição de renda?** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: < https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf>. Acesso em 22 nov. 2018

OMETTO, A. M. H. et al. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população.** Departamento de Economia Doméstica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) - Piracicaba, SP – Brasil**,** 1994.

OXFAM BRASIL, **Nós e as desigualdades: Percepções sobre as desigualdades no Brasil**. [S.l.], Brief Comunicação, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/nota_informativa_oxfam_datafolha_nos_desigualdades.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018

OXFAM. **A distância que nos une**. Um retrato das desigualdades brasileiras. [S.l.]. E. Brief Comunicação, 2017. p.18, p.19

PEREIRA, L. C. B; GALA, P. **Por que a poupança externa não promove crescimento?** São Paulo, Rev. Econ. Politica. 2007.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf >. Acesso em: 16 jun. 2018

PINHEIRO, A. C. **The Brazilian economy in the nineties: retrospect and policy changes**. Rio de Janeiro: BNDES, Departamento Econômico. 1996

PIRES, B. **Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU**. El Pais, São Paulo, 21 de março de 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

PIRES, M. C. C; FILHO, N. H. B. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira.** [S.l.] Secretaria da Política Econômica, 2016.

PIRES, M. C. et al. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

PNUD. **Desenvolvimento Humano para além das médias**. 1. Ed. Brasília. E. Fundação João Pinheiro, 2017, p.18

PORTAL BRASIL. **Bolsa Família atinge meta de atendimento**. (2011). Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/18/bolsa-familia-atinge-meta-de-atendimento. Acesso em: 19 de out 2018.

PORTAL BRASIL. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município.** (2018). Disponível em: http://mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 19 out 2018.
RAMOS, L. **A distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85**. Rio de Janeiro: Ipea, 1993.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo. E. Nova Cultural Ltda, 1996.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro – RJ. IPEA, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, W.O. et al. **A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007)**. Revista de Economia, v. 37, n. 2 (ano 35), maio/ago. Editora UFPR. 2011

SEGA, A.T.M. **Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no período de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família**. 2013, 52 p. Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, E.R.A. Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança: Subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, **IPEA**, 2018, p. 33.

SILVA, M. A. Consequências da crise do capital sobe a classe trabalhadora brasileira (1990 a 2016). Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182596/349073.pdf?sequence=1.>Acesso: 21 set. 2018

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas causas.** São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

SOUZA, P.H.G.F. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 378 f. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor. 2016. p. 332; p.337 Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Sociologia-Pedro-Herculano-Guimaraes-Ferreira-de-Souza.PDF>. Acesso em: 15 de jul. 2018

TOLIPAN, R; TINELLI, A. C (Orgs.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de janeiro: Zahar Editores, 1975.

VIEIRA, C. A. **Relações entre desenvolvimento e desigualdade: uma releitura da curva de Kuznets para os estados do Brasil 1995-2014.** 91 f. Monografia (requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://economia.ufsm.br/index.php/ciencias-economicas/monografias>. Acesso em: 15 out. 2018.

WOLFFENBÜTTEL, A. **O que é Índice de Gini?** 4 ed. [S.l.]. Revista IPEA, 2004